

SOBRE A ÉTICA DA INFORMAÇÃO: uma experiência no ensino da Arquivologia

*Geissikelly Marques de Oliveira¹
Isa Maria Freire²*

RESUMO

Relata a experiência no ensino da disciplina Ética da Informação no Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Apresenta de forma sucinta a trajetória dos cursos de Arquivologia no Brasil e em seguida a sua criação na UFPB, considerando o Projeto Político Pedagógico do Curso e sua relevância aos anseios da formação do profissional arquivista. Delineia um perfil ético, político e social de um profissional capaz de refletir não somente sobre os fundamentos teóricos e tecnológicos da informação como também, especialmente, de compreender sua profissão como um campo de possibilidades numa sociedade em que se processam grandes transformações. Descreve a disciplina Ética da Informação na grade curricular do curso, com a missão de contribuir para a formação de profissionais éticos e comprometidos com uma sociedade mais justa, equânime e igualitária.

Palavras-Chave: Ética da Informação. Formação Profissional. Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB.

ABOUT THE ETHICS OF INFORMATION: an experience in the teaching of Archival

ABSTRACT

Reported experience in teaching of Information Ethics discipline in the course of Bachelor of Archival the Federal University of Paraíba. Briefly presents the Archival Travel trajectory in Brazil and then its creation in UFPB considering the Pedagogical

¹ Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: geissikelly@hotmail.com.

² Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Coordenadora da Rede de Projetos do Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTI do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: isafreire@globo.com.

Political Project Course and its relevance to the concerns of the formation of professional archivist. Outlines an ethical profile, political and social of a professional able to reflect not only on the theoretical and technological foundations of information but also, especially, to understand his profession as a field of possibilities in a society that process large transformations. Enters the Information Ethics discipline in the curriculum of the course, with a mission to contribute to the formation of ethical and committed professionals with a more just, equitable and egalitarian society.

Keywords: Information Ethics. Vocational Training. Graduate Program in Archival UFPB.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência com o ensino da disciplina Ética da Informação no Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvida na perspectiva das qualidades necessárias ao profissional arquivista, bem como a metodologia e os procedimentos adotados ao longo das aulas.

Nesse sentido, com base em revisão de literatura, abordamos de maneira sucinta a trajetória do conhecimento e das práticas arquivísticas no Brasil desde o período Imperial até os dias atuais, seguida do relato sobre a criação do curso de Arquivologia da UFPB, levando em consideração o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso e os anseios da formação do profissional arquivista. Atualmente a terminologia para PPP é Projeto Pedagógico Curricular (PPC), no entanto, o curso de Arquivologia está atuando com o Projeto regulamentado antes desta nova denominação e atualização nacional.

Dentre as competências e qualidades inerentes ao profissional arquivista³, destaca-se a ética e sua aplicação no contexto onde este profissional está inserido. Considerando que o arquivista trabalha com uma diversidade de informações de uma instituição, pública e/ou privada, e diante dessa responsabilidade, uma das qualidades mais importantes para este profissional é justamente o comportamento ético e o compromisso com a organização da informação e sua disseminação para os usuários.

Para trabalhar o desenvolvimento dessa qualidade profissional, o Curso de Graduação em Arquivologia procurou construir e aplicar um Projeto Político Pedagógico de acordo com estes anseios, em consonância com as políticas educativas da UFPB. Dessa forma, o PPP do curso delinea um perfil ético, político e social de um profissional capaz de refletir não somente sobre os fundamentos teóricos e tecnológicos da informação, mas, especialmente, de compreender sua profissão como um campo de possibilidades numa sociedade em que se processam grandes transformações.

2 SOBRE O ENSINO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Para melhor compreensão desta seção, subdividimos de forma que contempla de maneira geral a proposta. Abordamos portanto, o campo acadêmico da Arquivologia, considerando o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação da UFPB, a ementa e a abordagem da disciplina Ética da informação.

³ Características desejáveis para o profissional arquivista, conforme Princípios éticos divulgados no Portal da Associação de Arquivistas Brasileiros. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=27>.

2.1 No campo científico da arquivologia

A trajetória do saber e das práticas arquivísticas não é recente, visto que no Brasil desde 1838 já se ouvia falar da importância dos arquivos através da criação do Arquivo Público do Império, cujo objetivo era recolher e preservar os documentos da administração e da família imperial. Conforme previsto na constituição de 1824, este é o arquivo o qual posteriormente viria a ser o Arquivo Nacional e seria o grande protagonista da Arquivologia Brasileira.

Mas, mesmo com a criação do Arquivo Imperial desde o século XIX, a formação regular dos profissionais arquivistas no Brasil somente será discutida a partir da segunda metade do século XX. Segundo Bottino (1994), em 1922, através do decreto nº 15.596, de 2 de agosto, o Diretor do Arquivo Nacional (AN), Alcides Bezerra, propôs a criação de um curso técnico para habilitação dos funcionários do AN. Em 1930, o mesmo Diretor pleiteou um projeto de inclusão do curso de arquivo no novo sistema de organização de ensino superior, uma vez que estava sendo criada a Universidade do Rio de Janeiro. Porém, apenas em 1959, sob a direção de José Honório Rodrigues, tem início no Arquivo Nacional o Curso Permanente em Arquivos, primeiro curso específico no campo da Arquivologia no país, ministrado pelo arquivista francês Henri Baullier de Branche. A partir deste momento a Arquivologia brasileira começa a receber uma abordagem científica, proporcionando a expansão do conhecimento através da influência e experiência francesa. Em 1973, o Curso Permanente de Arquivos passa a funcionar com mandato universitário, mas continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional e somente transferido, de fato, em 1977, para o espaço universitário, a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Esses acontecimentos, decisivos para a consolidação da Arquivologia no país, estimularam a criação de mais cursos: nos anos seguintes vieram os cursos da Universidade Federal de Santa Maria, em 1977, e da Universidade Federal Fluminense, em 1978. Conforme Jardim (1999, *apud* TANUS; ARAUJO, 2013, p.10), durante os anos 1980 as discussões em torno da temática da Sociedade da Informação trouxeram diversas implicações para a Arquivologia, tais como as atenções às tecnologias de informação, acesso e uso dessa informação. Como resultado deste momento, a Constituição Federal de 1988 inclui, no 2º parágrafo do Artigo nº 216, a prerrogativa de que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988).

Durante as décadas seguintes, debates marcaram a implantação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Pode-se perceber, assim, que a implantação dessa lei impulsionou o crescimento dos cursos de Arquivologia nas universidades brasileiras, os quais atualmente somam um total de 16 cursos na modalidade bacharelado e presencial, abrangendo do norte ao sul do país, e dentre estes o Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB, implantado dentro do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) do Governo Federal, em 2008.⁴ Conforme Freire e Silva (2013, p.37):

Antecedendo à criação do curso, é necessário mencionar alguns pontos como, por exemplo, o período que compreende os anos de 1996, 1997 e 1998, onde a UFPB em parceria com o Arquivo Nacional oferta cursos de especialização em Organização de Arquivos, financiado pela CAPES, sob a responsabilidade do então Departamento de Biblioteconomia e Documentação, em conjunto com o Departamento de História da UFPB.

⁴ Disponível em: < <https://arquivistahitech.wordpress.com/2011/03/17/cursos-de-arquivologia-no-brasil/> >.

Complementam Freire e Silva (2013, p.5) que, “motivados pelo sucesso dos cursos de especialização em arquivos, um grupo de professores ligados à especialização começaram a preparar uma proposta de criação do Curso de Arquivologia na UFPB”. Em 2007 o REUNI possibilitou a formação de uma comissão para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Arquivologia. O PPP foi concluído no início de 2008 e em 15 de julho do mesmo ano foi criado o Curso de Arquivologia, na modalidade Bacharelado, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Campus I, por meio da Resolução 42/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB. O PPP do curso de Arquivologia da UFPB se propõe:

Formar profissionais de informação (Arquivistas) para atuarem de modo crítico, criativo e eficiente, em atividades que conduzam à percepção do valor da informação para a transformação da sociedade, da gestão de serviços e recursos de informação arquivística, através das ações de planejamento, organização e administração e o manuseio de diferentes tecnologias de informação, na área da arquivística (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2008).

Destarte, o Curso de Arquivologia da UFPB objetiva abranger conteúdos teóricos, práticos e outras atividades que permitam formar profissionais capazes de atender ao perfil profissional delineado, contribuindo assim para o desenvolvimento das competências e habilidades peculiares a esses profissionais, das quais o PPP cita, dentre outras, as seguintes:

- Compreender as diferentes concepções filosóficas sobre a informação e o conhecimento;
- Reconhecer a importância política, social, econômica e cultural da informação;
- Ter segurança e desenvoltura para desenvolver a comunicação verbal e escrita;
- Interagir no ambiente sócio-político, econômico e cultural em que está inserido;
- Liderar para desenvolver e executar atividades arquivísticas;

- Desenvolver:
 - atividades autônomas (orientar, assessorar, prestar consultoria, realizar diagnósticos e assinar laudos técnicos e pareceres);
 - ações pedagógicas e de pesquisa;
 - habilidades para gerenciar unidades, recursos, serviços e sistemas de documentação e informação;
 - senso crítico; sensibilidade; rigor; pró-atividade; criatividade; espírito empreendedor; espírito associativo; curiosidade intelectual; postura investigativa; liderança; postura ética; caráter humanitário;
- Atuar:
 - de forma ética e profissional nas relações interpessoais e no desenvolvimento de práticas arquivísticas;
 - de forma integrada, estabelecendo relações interpessoais com o público interno e externo das organizações sociais e empresariais;
 - em organizações públicas e privadas sob uma perspectiva holística;
- Possuir capacidade para trabalhar em equipes multidisciplinares;
- Integrar-se a diferentes grupos profissionais;
- Adaptar-se as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas.

Estas competências e habilidades devem capacitar o discente a ser um profissional que atue com ética e compromisso, propondo-se à construção de uma sociedade verdadeiramente humana.

É nesse contexto da formação profissional que o Curso de Arquivologia da UFPB está estruturado em seis áreas curriculares: “Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação; Organização e Tratamento da Informação; Recursos e Serviços de Informação; Gestão de Unidades de Informação; Tecnologia da Informação; Pesquisa” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2008). Destacamos a área curricular “Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação”, onde está inserida a disciplina *Ética da Informação*, objeto do presente relato, que tem como ementa: *Perspectiva histórica e sistemática da ética; Ética da informação produzida, acessada e utilizada; Ética e o profissional da informação; Ética nas relações humanas; Ética na vida do profissional da informação; Código de ética profissional; Legislação que rege*

a profissão; Entidades de Classe; Mundo do trabalho; Prática profissional e responsabilidade social.

Orientados por esses parâmetros curriculares, experimentamos realizar a jornada educativa na disciplina Ética da Informação no Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB, tal como relatado neste trabalho, de modo a contribuir para a formação de profissionais éticos e comprometidos com uma sociedade mais justa e solidária.

2.2 A abordagem na disciplina ética da informação

A nossa abordagem na disciplina se fundamenta na perspectiva de uma ética humana cujo fundamento é “amar ao próximo como a si mesmo” ou, dito de outra forma, “cuidar do próximo como gostaria de vir a ser cuidado”.⁵ Nesse sentido, adotamos a proposição de Francisco Varela⁶ de uma competência ética para os seres humanos, ao mesmo tempo pessoal e social, individual e coletiva, biológica e cultural.

Em sua palestra *Sobre a competência ética*⁷, Varela esclarece a tese de partida do seu ensaio: “a ética está mais próxima da sabedoria do que da razão, mais próxima da compreensão [do que] deve ser o bem do que da formulação de princípios corretos”. O autor destaca a diferença entre *know-how* [como fazer] e *know-what* [o que fazer], ou seja, entre habilidade de confronto imediato⁸ (*saber-cómo-fazer* ou *saber-fazer*) e conhecimento intencional ou juízo racional, intelectual (VARELA, 1995, p.16).

⁵ Em Lucas 10:29ss., Jesus conta a parábola do bom samaritano para dar exemplo de como se deveria amar ao “próximo”. Disponível em: <<http://biblia.com.br/novaversaointernacional/lucas/lc-capitulo-10/>>.

⁶ Um dos fundadores das Ciências Cognitivas, coautor, com Humberto Maturana, da teoria da autopoiese ou organização dos seres vivos.

⁷ Depois publicada em Lisboa, pelas Edições 70 (1995).

⁸ Comportamento no cotidiano, em geral, conhecimento do senso comum, diferente do conhecimento filosófico (intelectual, reflexivo, científico).

E se pergunta: Qual o melhor modo de compreender o *saber-fazer* ético? Como este *saber* se desenvolve e progride nos seres humanos?

Varela (1995, p.14) assinala que as ciências que estudam a mente e o conhecimento tem dado pouca atenção à compreensão da “habilidade de confronto imediato”, privilegiando o conhecimento intelectual, reflexivo. E acrescenta que um ponto de vista emergente nas ciências cognitivas defende a proposição de que “as unidades apropriadas de conhecimento são — antes de tudo — *concretas, corporificadas, vividas*” (VARELA, 1995, p.14. Itálico nosso). Pois o mundo complementar, não é algo que nos é “dado”, mas alguma coisa “em que temos parte graças ao modo como nos movemos, tocamos, respiramos e comemos” (VARELA, 1995, p.14). Por isso mesmo adotamos uma metodologia dialógica, onde os discentes são convidados a vivenciar a prática ética mediante o desenvolvimento de suas habilidades de relacionamento pessoal, do seu compromisso com as atividades propostas na disciplina e do seu cuidado consigo mesmo e com o outro — sua competência ética.

Nesse contexto, Varela (1995, p.67) ressalta que embora uma enorme parte da nossa vida — trabalhar, mover-se, falar, comer — se manifeste como *saber-fazer* não temos consciência do *saber-fazer* no cotidiano. E a essa lista de atividades do *saber-fazer* [trabalhar, mover-se, falar, comer], acrescenta: responder às necessidades dos outros, definida como o “autêntico cuidar de si”. Nessa perspectiva, o autêntico cuidar de si (amar a si mesmo) representa o verdadeiro fundamento do ser humano e pode se tornar plenamente manifesto através de uma bem sucedida prática ética (amar ao próximo como a si mesmo). Essa concepção teórica orientou nossa ação dialógica na jornada educativa que empreendemos professora/orientadora, monitora e discentes a partir da premissa da competência ética como atributo da espécie humana.

Na perspectiva da filosofia moral, a disciplina está baseada no ensino dos princípios éticos que orientam a conduta, o comportamento moral do ser humano e

sua postura no meio social. Nesse sentido, tomamos como referência para nossa jornada educativa a definição de *ética* no Dicionário Básico de Filosofia de Japiassu e Marcondes (ÉTICA, 2001, p.69):

Parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc.), mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas, Diferentemente da moral, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las. [...].

De forma mais simples, o dicionário Aurélio define a ética como “Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.” (ÉTICA, 1988, p.96). Em ambos, destaca-se a menção à necessidade de reflexão sobre a natureza do *bem* e do *mal*, e nesse sentido, conforme Freire e Silva (2013, p. 38), trabalha-se na disciplina

[...] a ideia de um Bem ao qual devemos aspirar enquanto seres humanos que somos — sábios dos sábios na espécie de primatas da qual evoluímos —, dialoga com a possibilidade de um ‘livre arbítrio’ que nos orienta qual daimon socrático, no exercício da profissão arquivista na sociedade. Esta ideia pode ser considerada como fundamento para ações de responsabilidade social no campo da informação, que começam nos indivíduos e se espalham, como uma corrente pelo Bem, nos grupos dos quais esses indivíduos participam.

Nesse contexto, na disciplina resgatamos a abordagem da ética das virtudes de Aristóteles, que considera a virtude como “justa medida” que se pode praticar no dia a dia pelas pessoas que cultivem a prudência, o que lhes permitiria atingir a

felicidade ou bem estar (*eudaimonia*)⁹. Nessa perspectiva, cada ser nasce ou é criado com um poder ou virtude que lhe é unicamente peculiar, e assim esta virtude é designada como sua excelência própria. No contexto de Aristóteles, por exemplo, a virtude de uma boa toalha é secar, de um bom remédio é curar e a virtude de um bom homem é agir com humanidade, usufruindo do seu livre arbítrio na pré-disposição da prática do bem. Aristóteles defendia que as virtudes se aperfeiçoam com o hábito, exemplificando que se a toalha for produzida com tecido de baixa qualidade não será excelente no seu poder de secar, e isto também se aplicaria ao ser humano, que se não for instruído a fazer e escolher pelo que é bom diante da ética e da moral, não desenvolverá a sua virtude na prática do bem.

É nesse sentido, Comte-Sponville (1999, p. 2) defende que a virtude é o poder específico que cada ser humano possui, uma qualidade moral particular e uma disposição à prática do bem. Nesta perspectiva, o ser humano aprende a ser ético em sua fase de desenvolvimento como pessoa e a disciplina Ética da informação, no Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB, se propõe a contribuir para a prática das virtudes no discente, também como profissional.

Para aqueles que aspiram ser arquivistas, esses conhecimentos e valores são ímpar para sua formação, pois trata-se de profissional que cuida da massa documental e sua potencialidade informacional, em uma empresa ou instituição, de modo que a ética deve ser uma característica principal. Pois, como ressaltam Freire e Silva (2013, p. 34), “O papel social dos arquivos é permeado pela tessitura ética do arquivista e sua relação com os contextos em que está inserido”. Desse modo, as competências e habilidades devem qualificar o graduando para o exercício profissional de forma a atuar com ética e compromisso.

⁹ Conforme exposto na principal obra de Aristóteles sobre ética, que se considera ter sido dirigida a seu filho Nicômaco.

Nesse contexto, a disciplina Ética da informação tem como objetivos discutir a perspectiva histórica e antropológica da ética; identificar os imperativos éticos na sociedade e nos indivíduos: a competência ética; identificar os imperativos éticos subjacentes aos deveres dos profissionais da informação; conhecer o Código de Ética para os profissionais arquivistas; possibilitar o entendimento da aplicação dos princípios éticos no exercício profissional.

Para alcançar tais objetivos, iniciamos nossa jornada educativa na disciplina a partir da leitura e discussão de texto de Maturana e Varela (1997, p.33) sobre amor e conhecimento, no qual destacamos:

Temos desejado substituir o amor pelo conhecimento como guia em nosso “que fazer” e em nossas relações com outros seres humanos e com a natureza toda, e temos nos equivocado. **Amor e conhecimento não são alternativas; o amor é um fundamento, enquanto o conhecimento é um instrumento.** (MATURANA; VARELA, 1997, p.33, grifo do autor).

Nas aulas seguintes, são abordados os primórdios da civilização humana, destacando o Código de Hamurabi e o Decálogo de Moisés, seguindo o pensamento dos principais filósofos gregos sobre a existência, o conhecimento, os valores morais e estéticos, a mente e a linguagem. Em seguida, com explicações prévias sobre os filósofos e distribuição de material de apoio, os discentes elaboram seminários demonstrando o seu entendimento sobre os filósofos e seu pensamento no campo da ética. Dentro do plano de ação da disciplina, os seminários são intitulados *Construção Social da Ética* e seus conteúdos iniciam com as origens do pensamento filosófico ocidental, na sociedade grega.

Para cada seminário são formados grupos com três integrantes, dos quais um é escolhido para desempenhar as funções de organizador e relator. Entre os objetivos dos seminários destaca-se o treinamento dos discentes quanto à perspectiva de liderança e compromisso com as tarefas profissionais, cabendo ao

organizador/relator coordenar as atividades do grupo com vistas à apresentação no fórum de discussão da turma.

Além dos pensamentos filosóficos que conceituam nossa civilização, também são abordados os princípios cristãos do *bem ser* e do *bem fazer*, a aplicação dos princípios éticos no ambiente profissional e o Código de Ética Arquivístico. Nesse sentido, durante as aulas presenciais os discentes se reúnem em grupos de até cinco pessoas para ler, discutir e elaborar relatórios sobre textos propostos pela professora/orientadora, os quais são voltados à temática da disciplina. Para treinar os discentes na participação de grupos de trabalho em suas futuras atividades profissionais, os integrantes dos grupos nas atividades em classe não podem se repetir, sendo assim o grupo é alternando em cada nova atividade visando à integração de todos os discentes. Em um dos textos, por exemplo, discute-se a relação entre amar ao próximo e amar a si mesmo, a partir de ensaio de Bauman (2011, p.40) sobre o tema, no qual destacamos que:

[...] a conclamação para amar nossos próximos como a nós mesmos [...] invoca o desejo dos próximos de também ter seu valor único, insubstituível e indispensável reconhecido e confirmado. Essa conclamação nos leva a assumir que o próximo realmente representa esse valor – pelo menos até prova em contrário. Amar nosso próximo como a nós mesmos significaria, então, respeitar a singularidade de cada um – valorizando cada um por nossas características distintivas, enriquecedoras do mundo que habitamos juntos e com as quais o tornamos um lugar mais fascinante e agradável. [...]

Em outro dos exercícios em classe, a temática versa sobre a proposta de vida comunitária dos huteritas, tal como descrito por Ridley (2000), quando se discute a cooperação como uma exigência do trabalho com informação na sociedade contemporânea. Pois, para o autor:

[...] no fundo do coração, somos todos huteritas. Consciente ou implicitamente, todos acreditamos na busca do bem comum. Louvamos o desinteresse e desprezamos o egoísmo. [...] A virtude essencial dos seres humanos não se prova com paralelos convincentes no reino animal. O que

precisa ser explicado não é o vício dos seres humanos, mas sua virtude ocasional. [...] Resumindo numa frase, portanto, posso dizer que, para mim, a vantagem da sociedade é a divisão do trabalho. É a especialização que torna a sociedade humana maior do que a soma das partes. (RIDLEY, 2000, p.48).

A disciplina oferece, também, atividades extraclasse constituídas por exercícios de leitura e produção de comentários sobre textos que abordam temáticas de ética da informação propriamente dita, tendo estas atividades um caráter individual e com a finalidade de desenvolver as competências intelectuais para leitura, reflexão e representação de textos. Uma dessas atividades extraclasse consiste em visitar os sítios da Associação de Arquivistas Brasileiros¹⁰ na Internet e da Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, a qual foi criada a partir “da necessidade de termos uma estrutura de representatividade que reúna lado a lado todas as associações regionais, para podermos encaminhar questões e posicionamentos de temas nacionais”.¹¹

Na disciplina, as provas têm a mesma finalidade de desenvolvimento intelectual e prática ética dos discentes. A primeira prova versa sobre temática escolhida pela professora/orientadora, com permissão de consulta a relatórios produzidos em sala de aula sobre a *Ética versus Moral*. Para a segunda prova, os discentes são instruídos a escolher um artigo sobre a temática “*Ética e Arquivologia*” na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)¹², estimulando, dessa forma, a pesquisa de artigos científicos na literatura da área. As questões dessa segunda prova têm como objetivo levar os discentes a descobrirem o tesouro da literatura da área para a qual estão sendo formados, bem como ajudá-los a identificar as temáticas que mais os atraem no campo da Arquivologia. A prova é estruturada com questões sobre a escolha do artigo e as

¹⁰ Com especial atenção à seção Princípios éticos, cujo objetivo é “Fornecer ao profissional de arquivo regras de conduta no exercício da profissão”. Disponível em: <www.aab.org.br/?page_id=27>.

¹¹ Disponível em:<www.enara.org.br/sobre/>.

¹² Disponível em: <www.brapci.ufpr.br>.

ideias do texto escolhido, ressaltando a opinião pessoal do discente sobre o conteúdo e instigando seu interesse por novas leituras.

Fundamenta-se, também, no desempenho e valor individual e em grupo, permitindo que os discentes conquistem a pontuação possível. As avaliações consistem em um modo processual, ou seja, no desempenho contínuo do aluno durante todo o semestre. Cada uma das atividades citadas neste relato possui uma pontuação por sua realização, e durante todo o semestre realizamos o acompanhamento individual de assiduidade às aulas e atividades de realização dos exercícios, de modo que o aluno que esteve presente em todas as atividades de classe, realizou todas as atividades extra-classe, apresentou seminário e respondeu satisfatoriamente às duas provas terá nota máxima. Dessa maneira, cada discente conquista sua nota conforme a sua interação, participação e desenvolvimento intelectual na disciplina, de modo a experimentar suas habilidades de confronto imediato no comportamento profissional.

Os exercícios individuais extraclasse e as provas trazem a oportunidade do desenvolvimento intelectual que se faz necessário no âmbito da academia e do trabalho intelectual na Arquivologia, enquanto o hábito da leitura e o desenvolvimento do pensamento crítico podem ser vistos como virtudes que devem ser cultivadas no exercício da profissão de arquivista.

A prática da indicação dos materiais para a elaboração dos seminários é muito importante para os alunos recém-chegados à academia, pois nem todos possuem a habilidade de busca da informação e com essas indicações os alunos começam a ter uma ideia do que se pretende abordar e do que devem pesquisar para acrescentar o valor teórico e crítico das suas apresentações. Nesse contexto, a elaboração de seminários é um momento ímpar na vida de todo estudante, pois é nesse momento que se começa a ter contato com a dinâmica de apresentação e a necessidade do domínio da comunicação verbal em público. Através dos seminários, os discentes são

treinados para o exercício profissional e para o mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito a se expressar em público e desenvolver habilidades de liderança.

As atividades em classe trazem a dinâmica de apoio ao desenvolvimento de tarefas em grupo e a exigência de mudança nos integrantes dos grupos e ajudam os discentes a sair do comodismo dos grupos naturais, contribuindo para que aprendam a dialogar com pessoas com as quais não possuem muita intimidade ou vínculo afetivo. A perspectiva, nessa atividade, é de que no mercado de trabalho não se escolhe com quem trabalhar, que é necessário saber receber o novo e lidar com as diferentes características dos companheiros de trabalho. De modo que essas atividades possam promover esse aprendizado intrínseco à própria dinâmica profissional, propiciando aos discentes oportunidades para aprender sobre a prática ética, sobre a moral da sociedade contemporânea e os princípios éticos do profissional arquivista. Com essa metodologia acreditamos que docentes e discentes caminham juntos para aprender uns com os outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina Ética da informação vem sendo conduzida no Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB, com a abordagem teórica e a metodologia aqui descrita, desde o primeiro semestre de 2010, contudo, somente no primeiro semestre de 2014.1 pudemos aplicar o modelo com o apoio dos materiais textuais e com o formato de trabalho em grupo desenvolvidos nesse período. De modo que nesta Turma 2014.1 trabalhamos com exercícios mais bem definidos, a partir de textos que compilamos para leitura e discussão de temáticas relativas ao desenvolvimento e prática da competência ética.

Assim, entendemos que, tal como estruturado, considerando as categorias de exercícios e a proposta de avaliação, o modelo aplicado atende à proposição de

desenvolvimento das competências e habilidades arquivistas citadas no PPP do Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB, dentre outras:

- Compreender as diferentes concepções filosóficas sobre a informação e o conhecimento;
- Reconhecer a importância política, social, econômica e cultural da informação;
- Ter segurança e desenvoltura para desenvolver a comunicação verbal e escrita;
- Liderar para desenvolver e executar atividades arquivísticas;
- Possuir capacidade para trabalhar em equipes multidisciplinares;
- Integrar-se a diferentes grupos profissionais;
- Adaptar-se as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas.

Observamos, nesses nove semestres de atividades na disciplina, uma maior participação dos discentes nas atividades participativas, com a revitalização do Centro Acadêmico do Curso e a participação efetiva¹³ em eventos associativos da área, especialmente os Encontros Nacionais de Estudantes de Arquivologia, um deles tendo sido organizado com sucesso, o ENEARQ 2014, em parceria com a Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB.

Acreditamos que atividades desenvolvidas na disciplina também trazem contribuição para o desenvolvimento de qualidades ressaltadas no referido PPP, tais como senso crítico, sensibilidade, rigor e pró-atividade profissional, criatividade, espírito empreendedor e associativo, curiosidade intelectual e postura investigativa, liderança, caráter humanitário e comportamento profissional pautado pela prática ética. Ademais, também esperamos contribuir para o desenvolvimento de competências para ações de pesquisa acadêmica e gestão de unidades, recursos, serviços e sistemas de documentação e informação.

¹³ Inclusive apresentação de trabalhos.

A nosso ver, reportando aos termos de Varela (1995), trata-se de uma proposta para um reencantamento da sabedoria, entendida como ação não-intencional, o *saber-fazer-ético*. Este *saber viver*, como supomos ter demonstrado, baseia-se numa prática transformadora, a qual nada mais requer do que uma consciência, momento a momento, da natureza virtual de nós mesmos. No seu desenvolvimento, representa a oportunidade para uma abertura mental entendida como “autêntico cuidar de si”, o que implica também em cuidar da necessidade do outro. Desse modo, o ponto central na competência da ética consiste no reconhecimento da exigência — na vida humana — de uma *prática transformadora que pode colocar em ação a afirmação científica de que somos uma espécie gregária, solidária e consciente* (VARELA, 1995, *passim*. Itálico nosso).

Por fim, ressaltamos que a abordagem fundamentada nas virtudes e na prática do amor ao próximo como a si mesmo evidencia, por si só, a necessidade de uma ética pessoal e profissional desejável e necessária à *práxis* dos arquivistas, profissionais que atuam numa sociedade que almeja, cada vez mais, a organização de informações de interesse para os mais diversos grupos de usuários. De modo que essas informações possam se constituir em um *bem* a ser compartilhado por todos que delas necessitem, na vida pessoal e profissional, realizando a proposta ética de uma sociedade mais justa, equânime e igualitária.

REFERÊNCIAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros. Disponível em: <<http://www.aab.org.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. In: **Aristóteles**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.44. (Coleção Os Pensadores).

ARQUIVISTA HI-TECH. Disponível em
<<https://arquivistahitech.wordpress.com/2011/03/17/cursos-de-arquivologia-no-brasil/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

BAUMAN, Z. Que oportunidade tem a ética no mundo globalizado dos consumidores? In: _____. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p.37-83.

BOTTINO, M. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivos e administração**, v.15, n.23, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 23 nov. 2014.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em:
<<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2010/06/pequeno-tratado-das-grandes-virtudes1.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

EXECUTIVA NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA (ENARA). Disponível em: <<http://www.enara.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

ÉTICA. In: FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 105.

_____. In: JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 189.

FREIRE, G.H. de A. O trabalho de informação na sociedade do aprendizado contínuo. **Inf. & Soc.:Est.**, v.17, n.3, p.39-45, set./dez. 2007.

FREIRE, I.M. Ética da informação: Plano de Ação. In: FREIRE, I.M. (Coord.) **Projeto Ensino em Biblioteconomia e Arquivologia: teoria e prática**. João Pessoa: DCI: UFPB, 2013.

_____. **Ética da informação**: programa semestre 2013.2. João Pessoa: DCI: UFPB, 2013.

_____. REFLEXÕES SOBRE UMA ÉTICA DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 113-133, jul./dez. 2010.

FREIRE, I. M.; SILVA, J. T. Mandala das virtudes da Arquivologia: relato de pesquisa. **Archeion Online**, João Pessoa, v.1, n.1, p. 33-44, Jul. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17125/9748>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: _____. **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

MATURANA, H.; VARELA, F. Prefácio. In: _____. **De máquinas e seres vivos: autopoiese - a organização do vivo**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RIDLEY, M. **As origens da virtude: um estudo biológico da solidariedade**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000. Capítulo 2 - A divisão do trabalho.

TANUS, G. F. de S. C.; ARAUJO, C. A. A. O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000012857&dd1=e2ba1>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquivologia**. Processo nº. 12030035/2008. João Pessoa: DCI, 2008.
VARELA, Francisco. **Sobre a competência ética**. Lisboa: ed. 70, 1995.